

“Por uma formação antirracista!”: contribuições fanonianas para o Serviço Social

“For an anti-racist education!”: Fanonian contributions to Social Work

Giselle Moraes de Souza*
Rachel Gouveia Passos**

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar elementos históricos, teóricos e políticos que possibilitem maior apreensão das contribuições fanonianas para uma formação antirracista no Serviço Social brasileiro. O texto está dividido em três tópicos: no primeiro momento, expomos a vida e obra do autor; no segundo, apresentamos as elaborações teóricas fanonianas sobre colonialismo e racismo; e, por fim, no terceiro, anunciamos elementos para a viabilização de uma formação profissional antirracista no Serviço Social. Nesse caminho, destacamos a importância da apreensão do racismo como um dos componentes estruturantes do sistema capitalista.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Racismo; Frantz Fanon.

Abstract: This article aims to present historical, theoretical and political elements that make it possible to apprehend Fanonian contributions to an anti-racist education in Brazilian Social Work. Thereby, the text is divided into three topics: in the first moment, we expose the author's life and work; second, we present Fanonian theoretical elaborations on colonialism and racism and, finally, we announce elements for the viability of anti-racist professional education in Social Work. Along this path, we emphasize the importance of apprehending racism as one of the structuring components of the capitalist system.

Keywords: Social Work; Professional Education; Racism; Frantz Fanon.

Recebido em: 24/01/2021

Aprovado em: 08/07/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Economista e Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Encruzilhadas: diálogos antirracistas. Bolsista CNPq.

** Assistente Social. Pós-doutora em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Co-coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Encruzilhadas: diálogos antirracistas.

Introdução

O compromisso com o enfrentamento do racismo e de outras opressões/explorações está explícito no Código de Ética profissional da/o Assistente Social, publicado em 1993, e especificamente nos princípios fundamentais V; VI; VIII e XI (BRASIL, 2012). Em consonância com o Código de Ética da categoria, sinalizamos que a formação profissional sofreu mudanças há quase 25 anos.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), responsável pela coordenação dos projetos de formação profissional na graduação e na pós-graduação, aprovou, em 1996, o documento que dá as diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (DGSS). De acordo com a ABEPSS, as diretrizes aprovadas nessa ocasião se materializaram como um avanço para a profissão, sendo resultado de um processo histórico, iniciado em 1979, no contexto do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Nesse sentido, “defender as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é um compromisso na defesa do projeto ético político profissional” (ABEPSS, [s.d.], p. 1).

De acordo com Rocha (2014), a questão étnico-racial se faz presente nas Diretrizes Curriculares de 1996, em destaque “no tópico de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira” (ROCHA, 2014, p. 96), e ao consultarmos o documento das diretrizes curriculares, destacamos os pressupostos norteadores da formação profissional, a saber:

1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho. 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 5).

Nestes pressupostos está evidenciada a questão social como matéria e fundamento da profissão, a relação da profissão com as “relações sociais de produção e reprodução da vida social” e com as “configurações estruturais e conjunturais da questão social” no contexto de desenvolvimento do capitalismo e da configuração do Estado capitalista.

Já o racismo é um *elemento – produto – processo* do colonialismo, num primeiro

momento, e do capitalismo, posteriormente, que atua nas diversas dimensões da vida para garantir a reprodução do colonialismo e do capitalismo que se funda não só, mas também a partir da diferenciação racial entre pessoas e povos (FANON, 1968; FAUSTINO, 2015; 2018). Desse modo, o debate da questão étnico-racial não pode ser uma dimensão negociável da formação profissional. Do contrário, as diretrizes não estão sendo apreendidas em sua integralidade.

Passemos a dois dos onze princípios que fundamentam a formação profissional.

2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.

3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade (ABEPSS, 1996, p. 6).

E dois dos cinco princípios que definem as diretrizes curriculares da formação profissional.

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;

2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país. (ABEPSS, 1996, p. 7)

Os princípios acima versam necessariamente sobre a investigação histórica “inteira” e não a partir de uma determinada fatia que permita identificar a formação social brasileira com os mesmos processos históricos nos países europeus. Como veremos, são todas peças de um mesmo quebra-cabeça, na verdade, tornaram-se, a partir da aventura do espírito europeu, como nos apresenta Fanon (1968). Portanto, ressaltamos que as diretrizes curriculares subsidiam a investigação da formação social brasileira, o que implica analisar um processo histórico que se inicia em 1500.

Nesse sentido, trazemos Frantz Fanon, autor, psiquiatra e revolucionário que se engajou na luta contra o colonialismo europeu e nos deixou um legado importante. Legado este que nos ajuda a refletir sobre as bases da formação profissional em Serviço Social, ou melhor, contribui consistentemente para pensarmos sobre – e agirmos para a consolidação de – uma formação profissional antirracista. Para tanto, o presente texto está dividido em três tópicos: no primeiro momento expomos sobre a vida e obra do autor; no segundo, apresentamos as elaborações teóricas fanonianas sobre colonialismo e racismo; e, por fim, anunciamos elementos para a viabilização de uma formação profissional antirracista em Serviço Social. Assim, destacamos a

importância da apreensão do racismo como um dos componentes estruturantes do sistema capitalista.

Entre a profissão e a revolução: Frantz Fanon e sua obra

A breve vida, obra e práxis revolucionária de Frantz Fanon são admiráveis. Frantz Omar Fanon foi autor de estudos importantes e fundamentais. Nascido na Martinica, uma colônia francesa, em 20 de julho de 1925, um dos oito filhos de uma família negra de classe média, de Forte de France, formada por Eléanore Médélice Fanon (1891-1981) e Felix Casimir Fanon (1891-1947) (FAUSTINO, 2015; PASSOS, 2019).

Fanon permaneceu na Ilha Caribenha até os 15 anos de idade, quando, no contexto da Segunda Guerra Mundial, alistou-se no exército francês e se somou à luta contra o nazismo alemão. No exército, prestou serviço nas frentes de guerra na África do Norte e na Europa e retornou para a Martinica em 1945, como veterano (FAUSTINO, 2015). Quando retorna à Martinica, Fanon engaja-se na campanha política de seu ex-professor Aimé Césaire, que concorria, pelo Partido Comunista, ao cargo de prefeito de Forte de France. Essa foi a primeira experiência política do nosso autor (PASSOS, 2019).

Em 1946, Fanon ingressou no curso de psiquiatria forense na Faculté Mixte de Médecine et de Pharmacie d'Université, em Lyon, foi quando teve contato com as ideias de pensadores importantes como Sartre, Lacan, Marx e Hegel. O autor também escreveu peças teatrais, algumas divulgadas apenas após sua morte (FANON, 2020). Em 1950, terminou seu curso de psiquiatria forense para o qual apresentou um primeiro trabalho que foi rejeitado por não contemplar as ideias positivistas predominantes naquele contexto (FAUSTINO, 2015, p. 33).

Em pouco tempo, Fanon apresentou um segundo trabalho intitulado *Transtornos mentais e síndromes psiquiátricas em degeneração espino-cerebelar-hereditária. Um caso de doença de Friereich com delírio de possessão*, que, atendendo às expectativas do pensamento positivista daquele momento, não sem críticas, foi aprovado com louvor em 1951. Já o primeiro trabalho de conclusão foi revisado e, no contexto de nascimento de sua primeira filha, saiu a primeira edição de *Pele negra, máscaras brancas (Peau noire, masques blancs)* (FAUSTINO, 2015, p. 35).

Com a conclusão do curso, iniciou sua residência médica em Saint Alban, com o médico psiquiatra espanhol François Tosquelles, ficando até 1953, após dois anos de residência, do qual permaneceu próximo. Além disso, as perspectivas revolucionárias do médico influenciaram

seus trabalhos posteriores (FAUSTINO, 2015).

Fanon já havia se deparado com as faces do colonialismo e do racismo na Martinica, no período em que esteve no front de guerra na Europa, na África do Norte e na França, como nos demonstra a profunda investigação sobre sua vida e obra realizada por Faustino (2015). Foi um longo processo percorrido até o entendimento de que, para os franceses da França, o martinicano francês não tinha nada e na hierarquização racial, estes eram relegados ao estatuto de desumanidade. Mas é com a experiência em Blida que Fanon ficou diante de práticas colonialistas na saúde, quando ele vê no cotidiano o impacto do colonialismo nos serviços de saúde mental (FAUSTINO, 2015).

O acúmulo de experiências vividas com o racismo e o colonialismo, juntamente ao arcabouço teórico que adquiriu ao longo de sua formação, fez com que a prática psiquiátrica de Fanon, bastante influenciada por Tosquelles, fosse revolucionária desde o início, como podemos observar a partir das reformas realizadas no hospital psiquiátrico de Blida, com o objetivo de “(...) desenvolver novas formas democráticas na convivência dos enfermos (...)” e “procurar estabelecer uma estreita conexão entre a psicoterapia e a educação política” (ZAHAR, 1972, p. 3-4, tradução livre)¹. Fanon implementou a liberdade de circulação para os pacientes, deixando a camisa de força apenas para casos extremos, aboliu a divisão de alas pela raça e adotou a classificação por grau de sofrimento psíquico (FAUSTINO, 2015).

A década de 1950 foi marcada pelos diversos debates entre nações sobre colonialismo e pelos processos de independência na África e na Ásia. Nesse contexto, as ideias de Fanon ganharam terreno a partir do início da guerrilha em 1954, adotada pelos nacionalistas após os fracassados caminhos de conciliação. Assim, além de tomar partido em favor da Argélia – contra a França –, tornou-se colaborador ativo da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN). De acordo com Zahar (1972, p. 5. tradução livre)², a posição de Fanon facilitava que ele agisse na clandestinidade em prol da FLN, realizando as seguintes tarefas: escondia “integrantes da FLN, treina[va] enfermeiras para a guerrilha, disponibiliza[va] salas para sessões secretas e repassa[va] informações, armas e outros materiais”.

Com a eclosão da guerra e o aumento das tensões sociais, a situação de Fanon também se complicou. O desconforto com os funcionários do hospital psiquiátrico – que já estavam

¹ “(...) em el tratamiento intenta desarrollar nuevas formas democráticas em la convivência de los enfermos, para poner em marcha procesos de socialización que permiten a los enfermos orientarse nuevamente em la sociedad” (ZAHAR, 1972, p. 3-4).

² “Fanon se encuentra em una situación ventajosa para el trabajo clandestino: oculta miembros del FLN, forma enfermeras para la guerrilla, pone a disposición locales para sesiones secretas y pasa informaciones, armas y otros materiales” (ZAHAR, 1972, p. 5).

insatisfeitos com as reformas realizadas – ficava ainda maior e a vigilância da polícia francesa representava o risco de ser preso (PASSOS, 2019, p. 79). Assim, muda-se para a Tunísia.

De acordo com Faustino (2015), Fanon, além de ter se tornado embaixador da FLN, tornou-se correspondente do *El Moudjahid*, que era uma ferramenta de destaque na mobilização política da organização, e “se empenhou bravamente, a partir desse cargo, para criar parcerias políticas que viabilizassem o abastecimento da guerrilha, o fortalecimento da luta de libertação e seu representante internacional no diálogo com os demais países africanos” (FAUSTINO, 2015, p. 43).

Na Tunísia, trabalhou – por um pouco mais que um ano – como psiquiatra no Hospital Charles Nicole, onde novamente provocou mudanças importantes, como transformar um “manicômio judiciário em serviço aberto e hospital-dia” (LOYELLO, 1983, p. 22 *apud* PASSOS, 2019, p. 79). No auge de sua atuação política e profissional, recebeu o diagnóstico de uma doença para a qual o tratamento era pouco evoluído àquela altura: a leucemia. Pouco antes, em 1959, escreveu *Sociologia de uma revolução: O ano V da Revolução da Argélia* (FAUSTINO, 2015, p. 47).

Diante de um diagnóstico tão difícil, se concentrou na escrita do livro *Os condenados da terra* como algo que precisava fazer antes de sua morte. Tendo sido bem-sucedido nesse feito, Fanon nos deixou um trabalho de extrema relevância que “além de abordar o colonialismo e a luta antirracista também aborda a perspectiva psiquiátrica racista, ou seja, a psiquiatria colonizada” (PASSOS, 2019, p. 79).

Fanon iniciou o tratamento na Rússia, e depois de finalizar seu último livro, aceitou ir para os Estados Unidos da América (EUA), com a intenção de postergar o avanço da doença, pois tinha consciência de que não ficaria curado. Teve tempo de receber os primeiros exemplares de *Os condenados da terra*. Alguns dias depois, já bastante debilitado, faleceu aos 36 anos, em 06 de dezembro de 1961 (FAUSTINO, 2015, p. 50).

A recepção do seu pensamento e obra passou por diversos momentos na realidade brasileira. Ao olharmos rapidamente para os debates realizados por autores negros – e brancos até – é possível que tenhamos a impressão de que tem sido um autor lido há muito na academia e nos movimentos sociais e políticos brasileiros. Fato é que – como nos demonstra Guimarães (2008) – não foi uma “explosão” quase que imediata como na Europa, EUA e países do continente africano. O autor sinaliza “um silêncio impactante, em revistas culturais ou acadêmicas, que perdurou até meados da década de 1960” (GUIMARÃES, 2008, p. 99).

De acordo com Guimarães (2008), é de se estranhar que a obra *Pele negra, máscaras brancas* tenha ficado invisível no Brasil durante a década de 1950. A obra, lançada em 1952,

não teve a mesma atenção das Revistas Anhembi e Brasiliense, mesmo sendo os seus principais autores bastante conectados com a cena acadêmica europeia, especialmente a francesa. Nesse sentido, apenas na segunda metade de 1960, as ideias de Fanon começaram a ser introduzidas no Brasil, e isso se deu no contexto da vinda de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, que estavam em “campanha” militante anticolonialista.

Aquele momento (décadas de 1950-1960) não era fecundo para as ideias de Fanon, pois foram consideradas como um “pensamento explosivo tanto para a luta de classes quanto para o projeto de democracia racial” (GUIMARÃES, 2008, p. 105). Para Guimarães “(...) foram os jovens estudantes negros dos anos 1970 e 1980 que, no Brasil, leram e viveram Fanon, de corpo e alma, fazendo dele um instrumento de consciência de raça e de resistência à opressão (...)” (GUIMARÃES, 2008, p. 110).

Guimarães (2008, p. 114) considerava que, apesar dessa primeira apropriação nos anos 1970 e 1980, estávamos “engatinhando nas investigações sobre Fanon”, e as fontes bibliográficas que embasaram este trabalho são uma quase confirmação da aposta de Antônio Sérgio: a presença negra na universidade que transformaria esse cenário.

Silva (2013) indica que nos anos 1980 as elaborações de Fanon estão presentes em obras ligadas ao ativismo político e/ou cultural negros e, ao mesmo tempo, esse fenômeno parece ter começado no fim dos anos 1970, vislumbradas as possibilidades de apropriação das suas reflexões mais vinculadas ao movimento político-cultural no Brasil.

Já Faustino (2015, p. 192) sistematizou três momentos da recepção de Fanon no Brasil, são eles: primeiro, a tendência ligada à questão nacional, que chega a Fanon pelo interesse no debate da identidade nacional; uma segunda tendência ligada à questão racial, à qual os autores se aproximam em virtude do debate da questão negra; e uma terceira conectada ao crescimento dos estudos sobre Fanon a partir da introdução dos estudos decoloniais no Brasil.

Dialogando com Mario Augusto Silva, Renato Ortiz e Antônio Sérgio Guimarães, Faustino traz diversos elementos das ocasiões como os Congressos de Escritores e Artistas Negros, realizados em 1956 e 1959, os quais tiveram tanto a presença de Fanon como a de representantes da Associação Cultural dos Negros (ACN), e dos diálogos estabelecidos através da Revista *Présence Africaine*. Foram nesses eventos que pode ter ocorrido um contato mais amplo do que se tem documentado, “nesse cenário, é plausível supor que os intelectuais afro-brasileiros presentes no já mencionado congresso pudessem ter tido contato e, eventualmente, se interessado pelas ideias de Fanon” (FAUSTINO, 2020, p. 316).

No entanto, o autor sinaliza que, nesse período, a intelectualidade e a militância negra brasileira encontravam-se muito vinculadas ao Movimento de Negritude, de Aimé Césaire e

Alione Diop³, pois consideravam que o caminho para a libertação negra seria a descolonização da cultura e um resgate/valorização da cultura negra-africana em termos estéticos e políticos (FAUSTINO, 2020, p. 317). No entanto, para Fanon, a única forma de libertação negra era a revolução por uma nação livre do colonialismo, implicando necessariamente na mudança do Estado e passava sim pela cultura, mas sendo essa um elemento de mobilização do povo oprimido (FAUSTINO, 2020).

Por fim, o autor indica que elementos como a forte repressão política direcionada à Frente Negra Brasileira são considerados um dos motivos para uma estratégia de não enfrentamento, pelo viés cultural e, portanto, mais negociadora. Assim, Faustino (2020, p. 323) indica “que foram as frações hegemônicas do movimento de negritude, e não Fanon (revolucionário), com suas críticas ao movimento, que se aproximavam mais das perspectivas buscadas pela ACN”. O autor conclui que “[...] mesmo que os membros da ACN tenham tido algum contato com as ideias de Fanon, estas ainda não ofereciam, nesse momento, alguma utilidade ao debate afro-brasileiro” (FAUSTINO, 2020, p. 323).

Elaborações fanonianas: colonialismo e racismo

A apreensão da realidade e a práxis revolucionária são os caminhos pelos quais o autor desenvolve suas elaborações sobre o colonialismo e o racismo. Através da experiência vivida como um homem negro, nascido em um país colonizado, entendeu que o racismo é componente de uma estrutura com um objetivo constituído e definido (FANON, 1980). Assim, o racismo é parte do colonialismo, e o colonialismo não se desenvolveria enquanto uma forma particular de exploração e opressão sem o racismo, pois “quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça” (FANON, 1968, p. 29).

O colonialismo é um instrumento de um sistema imposto aos povos negros, árabes, indígenas e amarelos com o objetivo de ocupação e exploração completa: expropriação da terra e exploração da força de trabalho da população dominada. O principal meio utilizado para tanto é a violência. O racismo opera na esfera da justificativa primeira de que a colonização é a salvação do atraso, do mal e a oportunidade de evolução para um povo (não branco) que “não

³ Sobre o Movimento de negritude e a revista *Présence Africaine*, Faustino (2020, p. 320) diz: “(...) as ideias hegemônicas estavam entre o movimento de *negritude cultural*, de Léon Damas, Aimé Césaire, Léopold Senghor e Alione Diop, e o *faraonismo*, de Cheikh Anta Diop. O primeiro buscava ‘reabilitar’ a raça negra a partir da estética, em especial a ideologia e a poesia, enquanto o segundo almejava ser uma forma ‘científica de negritude’, voltada à exaltação de um passado negro glorioso”.

tem resistência ontológica” (FANON, 1983, p. 92). Nesse sentido, esse povo outro, não europeu – sequer possui um estatuto de humanidade, não possui cultura ou civilização. Assim, os brancos europeus se auto- hierarquizam em um sistema por eles mesmos criado e se autorizam a cometer todo o tipo de barbárie na ocupação e dominação das outras nações. “A expropriação, o despojamento, a razia, o assassinio objetivo, desdobram-se numa pilhagem dos esquemas culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem” (FANON, 1980, p. 37).

Faustino (2018) analisa a sociogênese do colonialismo em Fanon e destaca que esse conceito estrutura toda a produção do martinicano, mesmo tendo sido um termo cunhado uma única vez no seu primeiro livro. Veremos adiante que, como nos foi sinalizado, Fanon está sempre mediando a estrutura material e objetiva e os avanços sobre as subjetividades das pessoas negras. Logo, o colonialismo não pode ser explicado apenas pela dimensão econômica, mas pelos estragos causados a uma subjetividade coletiva.

(...) Os processos pelos quais o colonialismo se constitui, bem como as suas implicações traumáticas para a subjetividade do colonizado, só se tornam inteligíveis quando tomados em suas determinações historicamente concretas: a modernidade capitalista e a sua necessidade de converter o que é genuinamente humano em objeto de sua acumulação (...) (FAUSTINO, 2018, p. 151).

A insaciedade do colonizador, de fato, parece algo interminável quando analisamos as descrições de Fanon, segundo o qual, além de segregar, violentar e desumanizar a população colonizada, o colonizador lança a desqualificação de negros, amarelos e indígenas. Para Fanon, “o mundo colonial é um mundo maniqueísta” (FANON, 1968, p. 30).

A respeito do racismo, nosso autor trabalha com a situação do colonizado dentro e fora da sua nação – no país do colonizador ou em outro país colonizado - e sinaliza que, mesmo abolidas as relações escravistas, o estatuto de outridade⁴ do negro não se modificou. Precisamos colocar de antemão que, aos olhos do branco, “o negro não é um homem”, mas um homem negro, situado na “zona do não-ser” (FANON, 1983, p. 10). A constituição do eu não se dá a partir da experiência do ser, porque não se é, e a elaboração corporal vai se dar a partir da experiência do eu branco, que a partir de si mesmo define o outro. “Então, o esquema corporal, atingido em vários pontos, desabou, cedendo lugar a um esquema epidérmico racial” (FANON, 1983, p. 93).

⁴ Grada Kilomba (2019), profundamente influenciada pela obra fanoniana, cunhou o termo referindo-se ao processo pelo qual pessoas brancas projetam para pessoas negras aquilo que não querem ser. A branquitude fica com a parte boa do ego e a *negritude* com a parte má. “Dentro dessa infeliz dinâmica, o *sujeito negro* torna-se não apenas a/o “*Outra/o*” – o diferente, em relação ao qual o “eu” da pessoa *branca* é medido –, mas também “outridade” – a personificação de aspectos repressores do “eu” do *sujeito branco*” (*Ibidem*, p. 37. grifo da autora).

Nesse sentido, entendemos que Fanon considera o negro como uma invenção do homem branco (FANON, 1983, p. 14). Aqui reside a relação entre racismo e colonialismo. Apenas a partir da invenção de um povo outro e inferior, o colonialismo poderia justificar-se, pois, de acordo com o autor, o complexo de inferioridade se dá a partir de um “processo duplo: econômico, inicialmente; em seguida, pela interiorização, ou melhor epidermização dessa inferioridade” (FANON, 1983, p. 12). Portanto, a invenção da raça atrelada a uma ideia de evolução e civilidade serviu aos propósitos de um sistema capitalista organizado para a espoliação dos povos não brancos. Faustino (2018, p. 152), aponta que Fanon “(...) ressalta o quanto o racismo e a racialização – implícitos à situação colonial – são partes de um processo maior de dominação: a violenta e desigual expansão das relações capitalista de produção para o mundo não europeu”. O sujeito negro passa a ser um sujeito “sem lugar”, seja na sua nação após a invasão dos brancos, na nação “dos brancos”⁵ ou em outra nação colonizada.

Fanon (1980) aprofunda esse debate da assimilação em diferentes obras e nos situa na noção de que a saída da tragédia negra era tornar-se branco, em destaque, no caso dos antilhanos franceses. Os antilhanos aprendiam que eram franceses, principalmente quando adotavam o francês como idioma, costumes e quem sabe ter uma relação com uma/um parceira/o branca/o para se relacionar. Tendo então assimilado a perspectiva maniqueísta do colonialismo e entendendo que eram franceses, ou quase isso, o africano estaria nessa hierarquia racial abaixo do francês, ao mesmo tempo que os antilhanos viam os africanos como selvagens. Ou seja, como verdadeiros negros (FANON, 1980).

É a partir do contato com o Movimento de Negritude, do qual Aimeé Césaire fazia parte e começou a disseminar pelas Antilhas, que as condições para uma transformação começaram a se forjar. Inicia-se assim um movimento de autorressignificação e valorização do ser negro e sua “primeira experiência metafísica” coincide com uma tomada de “consciência política” com o início do movimento de libertação, em 1943, o qual o autor associa ao nascimento do proletariado. Nessa esteira, e com o fim da Guerra, o antilhano se descobre negro e filho de África (FANON, 1980).

Toda essa situação corrobora as elaborações que Fanon (1980) desenvolveu no artigo “Racismo e cultura”. O autor coloca que o racismo é um elemento cultural, uma vez que a cultura é “resultante” da experiência entre seres humanos e destes com a natureza. Nesta ocasião, Fanon ressalta que o objetivo primeiro do colonialismo, tendo o racismo como um

⁵ Colocamos entre aspas aproveitando-nos de uma passagem de Fanon com a qual concordamos: “A riqueza dos países imperialistas é também nossa riqueza. (...) A Europa é literalmente a criação do Terceiro Mundo. As riquezas que a sufocam são as que foram roubadas aos povos subdesenvolvidos” (FANON, 1968, p. 81).

elemento, não era a destruição da cultura, mas a escravização. Assim, a destruição do esquema cultural de um povo é um meio, mas não o fim em si mesmo.

De acordo com Fanon, os comportamentos esquematizados pelo racismo atravessam ambas as partes nessa relação de dominação. Num primeiro momento, os argumentos científicos são utilizados para uma autojustificação das atrocidades por parte do colonizador. O colonizado, por sua vez, rendido pela violência sofrida, internaliza o argumento do colonizador num processo de alienação/assimilação e negação de sua raça. Num segundo momento, o colonizador impõe outra cultura ao colonizado, que reconhece a maldição de sua existência (FANON, 1980).

Porém, a cultura não é totalmente sepultada, a alienação também não é total, de modo que não seja possível sair do estado de quase imersão dessa assimilação. Nesse sentido, em um dado momento, tendo aceitado os ditames da cultura imposta, e mesmo assim perseguido pelo racismo, “apercebe-se de que a atmosfera racista impregna todos os elementos da vida social” (FANON, 1980, p. 45). Assim, em um momento de desencantamento com a cultura imposta pelo colonizador e a tentativa de assimilação, o colonizado parece acordar de um sono profundo. Inicia-se um processo de resgate e reconhecimento de sua cultura que o conduzirá à luta.

Para o martinicano, o “começo da história” das nações independentes significa, necessariamente, sem alternativa outra, o fim da história do colonizador. Apenas o povo colonizado, num processo de “práxis totalizante”⁶, na luta pela terra e pelo alimento poderia pôr fim à “aventura colonial”, à “aventura do espírito europeu” que promoveu a pilhagem, o desterro e o genocídio. Desse modo, a solução para a situação colonial – e para o problema do racismo – é a luta pela libertação total. É a luta contra o sistema de exploração e opressão capitalista (FANON, 1980).

As contribuições de Frantz Fanon para uma formação profissional antirracista em Serviço Social

Nesse terceiro tópico pretendemos demonstrar a imprescindibilidade de uma formação profissional antirracista. Além de indicar para uma atuação que não perpetue mecanismos de opressão, como comportamentos racistas, o que deve ser condizente com um trabalho profissional direcionado para o combate ao racismo⁷.

⁶ “Essa práxis violenta é totalizante, visto que cada um se transforma em elo violento da grande cadeia, do grande organismo surgido como reação à violência primordial do colonialista. Os grupos se reconhecem entre si e a futura nação já está indivisa. A luta armada mobiliza o povo, isto é, lança-o numa única direção, num sentido único” (FANON, 1968, p. 73).

⁷ Primeiramente é necessário sinalizar que não estamos inaugurando o debate sobre a formação profissional e a

Podemos dizer que a primeira contribuição de Frantz Fanon para o Serviço Social diz respeito às suas reflexões acerca do racismo como um componente crucial e necessário ao colonialismo e ao capitalismo. O racismo é parte de uma estrutura cujo objetivo é a exploração. O saque das riquezas, a escravização humana e o escoamento de mercadorias produzidas nas metrópoles para as colônias estão nas franjas da acumulação primitiva. Como sinaliza nosso autor,

O capitalismo, em seu período de desenvolvimento, via nas colônias uma fonte de matéria-prima que, manufaturadas, podiam espalhar-se no mercado europeu. Depois de uma fase de acumulação do capital, impõe-se hoje modificar a concepção da rentabilidade de um negócio. As colônias converteram-se num mercado. (FANON, 1968, p. 49).

O objeto de intervenção da/o assistente social é a “questão social” que é produzida pela contradição capital x trabalho, própria da exploração capitalista, portanto, nada menos relevante do que entender a formação da sociedade capitalista e suas contradições na perspectiva do materialismo histórico dialético, o que nos permite apreender a aparência e a essência da realidade social.

Gonçalves (2018) traça um breve percurso da situação da população negra no pré e pós-abolição. A partir de diversas autoras, sustenta e explicita a relação questão racial e “questão social”, uma vez que no pós-abolição a população negra foi atravessada pela repressão, higienização, caridade e educação moral e ideológica, resultado de uma fusão macabra entre ideais eugenistas, nacionalismo e catolicismo. O Estado esteve – e talvez ainda esteja⁸ – concentrado em fazer desaparecer a massa negra da nação – ou, na impossibilidade, pelo menos controlar – a um lugar de resíduo social, enfrentando um processo penoso para se constituir como classe laboriosa. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre está no cerne da

ausência do estudo da questão étnico-racial. Não apenas relacionado à formação, mas à produção e à atuação profissional, esse debate já vem sendo travado, como sinalizou Rocha (2014, p. 149): “Como já foi dito anteriormente, a demanda pela incorporação da temática étnico-racial não é recente no âmbito do Serviço Social. Estudos como os de Pinto (2003), Ribeiro (2004), Silva Filho (2006), Ferreira (2010) e registros como os realizados nos ANAIS do VI CBAS (1989) apontam como esse desafio esteve e ainda está posto ao Serviço Social”. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que debateremos as contribuições de Fanon para o Serviço Social e, uma vez que autoras(es) – importante sinalizar, negras(os) – vêm discutindo a formação profissional na mesma perspectiva deste trabalho, pretendemos igualmente, convocá-las para o debate.

⁸ Souza e Barbosa (2019) argumentam que, diante de todo um histórico de ações que produzem múltiplas mortes da população negra, a política de embranquecimento, tendo como uma das suas principais estratégias o genocídio produzido por mortes negras por ação direta ou indireta do Estado, segue em voga na contemporaneidade. Conforme as autoras, “Diante do histórico das políticas promovidas pelo Estado que se implantam no Brasil contra a existência de homens e mulheres negros que levantamos brevemente neste trabalho, nos questionamos novamente os motivos desta política de morte. Estamos sugerindo que estas políticas seguem como reatualizações, de acordo com os contextos nacionais e internacionais, de um projeto de nação baseado no etnocídio das populações não brancas, através da miscigenação física e cultural, no ocultamento das desigualdades e tensões raciais pelo mito da democracia racial, pela esterilização de mulheres negras ou pela execução direta desta população pelo braço armado do Estado” (SOUZA; BARBOSA, 2019, p. 10).

constituição da sociedade burguesa e da “questão social” (ALMEIDA, 2016 *apud* GONÇALVES, 2018). É nesse sentido que Gonçalves (2018) traça o nó da “questão social”.

Ainda de acordo com a autora, nos anos 1930, década da gênese do Serviço Social, estava colocada a situação de marginalização, controle e eugenia direcionada para a população negra. O Serviço Social amparado nos ideais conservadores respondia as demandas da burguesia dominante. Assim, a compreensão de seu processo constitutivo passa necessariamente pelo desvendamento da questão étnico-racial (GONÇALVES, 2018). É sobre essas bases que precisamos olhar para a sociedade capitalista em busca de reproduzir o movimento da realidade no campo da abstração. Conforme Netto,

(...) além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a *essência* (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto (NETTO, 2011, p. 22, grifo do autor).

O capitalismo se funda, não apenas, a partir da colonização e do racismo. Como já sinalizado, um país colonial é necessariamente racista, assim, o debate sobre a hierarquização racial da existência deveria estar presente nas análises sobre a formação social brasileira. O que queremos dizer com isso é que a “questão social” no Brasil, nas Américas, nos países africanos não pode ser analisada a partir da importação crua da experiência dos países colonizadores, uma vez que as populações dessas nações não foram/são subjugadas enquanto colonizados, mas sim enaltecidas a partir do mesmo esquema de hierarquização racial que estrutura as relações sociais no interior dos países e entre países. O Brasil é marcado por uma profunda desigualdade racial e social produzida historicamente desde a invasão colonialista. Não é possível entender essas desigualdades sem uma análise cuidadosa do passado-presente colonial.

Uma vez que trabalhamos com a noção de racismo estrutural, precisamos reforçar que este está, sobretudo, nas bases da “questão social” e, conseqüentemente, em suas expressões (ABEPSS, 2018). Nesse sentido, deixá-lo de fora como elemento estrutural e estruturante é um erro de análise e talvez de apreensão do método do materialismo histórico dialético (ALMEIDA, 2019) – algo que não temos a pretensão de discutir nesse momento.

A ausência de estudos que tratam da centralidade da questão étnico-racial proporcionou uma análise fragmentada/parcial da história brasileira, obviamente, com impactos profundamente negativos para apreensão e intervenção na contemporaneidade. O documento *Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social*, elaborado pela ABEPSS (2018), engrossa o caldo das nossas argumentações quando sinaliza que “a apropriação das categorias raça e etnia para as análises e reflexões nas ciências sociais

é fundamental, sobretudo, no Serviço Social (...)” (ABEPSS, 2018, p. 15).

A segunda contribuição de Fanon que queremos destacar é a desumanização das pessoas negras, como demonstram análises feitas por autoras como Passos (2018; 2020) e diversos institutos e laboratórios de pesquisa⁹. Passos (2020), que tece reflexões sobre o conceito de cuidado colonial, sinaliza as diversas violações de direitos e as violências que permaneceram como uma herança para as mulheres negras. A autora destaca três formas principais de expressão do cuidado colonial no tempo atual. A primeira delas é a negação da vivência da maternidade plena; a segunda, é o extermínio de pessoas negras e, conseqüentemente, das mulheres negras que representam a maioria do contingente de vítimas de feminicídio; e a terceira é o imaginário de que mulheres negras são mais resistentes e, por isso, produzem “(...) processos de subjetivação que são marcados por essa fantasia e que resultam em intenso sofrimento psíquico, que têm, na maioria das vezes, a medicalização da subjetividade como resposta” (PASSOS, 2020, p. 122).

O retrato da realidade da população negra, constatado por diferentes pesquisas¹⁰, ilustra a sociedade estruturalmente racista de raízes coloniais preservadas por uma estrutura política e um aparato ideológico¹¹ que se coloca como barreira para a percepção do privilégio das pessoas brancas, da desumanização e do genocídio das pessoas negras, do mesmo modo que Fanon (1968, 1980, 1983), em diversos momentos, sinalizou em suas obras, seja em seu país ou no país estrangeiro. É uma contribuição no sentido de oferecer elementos para que se olhe com mais atenção para o público com o qual a categoria profissional trabalha.

O Serviço Social tem na *questão social* a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às

⁹ Diversas pesquisas de análise quantitativa e qualitativa, como as do IBGE, por exemplo, demonstram que as “minorias” – população negra (e mulheres negras) e indígena – são maioria nos piores índices relacionados à renda, moradia, educação, trabalho, vitimização/homicídios etc. Ver: Retrato das desigualdades de gênero e raça (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA *et. al.*, 2011; 2015); E Atlas da violência (CERQUEIRA; BUENO, 2020). No contexto da Pandemia de COVID-19, o *Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS)* demonstrou o componente racial e social das pessoas mais vulneráveis em relação ao vírus no que tange a contaminação, agravamento do quadro e letalidade. Novamente, a população negra, periférica e pobre é a que performa as primeiras colocações na corrida da morte (BATISTA *et. al.*, 2020). No estudo, foram realizados diferentes cruzamentos e análises com variáveis como idade, escolaridade e tipo de “internação” (enfermaria ou UTI). Em todos os cruzamentos – dentro de cada faixa etária, comparando os mesmos níveis de escolaridade – o óbito de pessoas pretas e pardas foi maior que o de pessoas brancas e, em contrapartida, o índice de recuperação das pessoas brancas foi maior do que das pessoas negras.

¹⁰ Idem nota de rodapé nº 9.

¹¹ Conforme Almeida (2019, p. 87), “Uma vez que o Estado é a forma política do mundo contemporâneo, o racismo não poderia se reproduzir se, ao mesmo tempo, não alimentasse e fosse também alimentado pelas estruturas estatais. (...) O Estado moderno é ou Estado racista (...) ou Estado racial – determinados estruturalmente pela classificação racial –, não havendo uma terceira opção”.

variadas expressões da *questão social*, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões. (IAMAMOTO, 2010, p.63)

A ausência de reflexões sobre essa questão, sem considerar elementos imprescindíveis da realidade concreta dos sujeitos, pode nos levar ao questionamento da “qualidade” dos serviços socioassistenciais apontados por Iamamoto (2010).

Para Rocha (2014, p. 143), a incorporação dos marcadores raciais das(os) usuárias(os) se constitui por si só em uma razão para atenção a essa realidade. Já Martins (2015) chama atenção para a necessidade de uma análise não genérica da “questão social”, ao contrário da que se centra apenas na contradição fundante das sociedades capitalistas e secundariza outras medições necessárias em determinado contexto de formação social, como a brasileira (MARTINS, 2015). A pesquisadora destaca o impacto negativo na formação profissional, que não se forja na análise da realidade concreta e histórica dos processos sociais que conformam a contemporaneidade, na medida em que reduz o campo de referenciais teórico-metodológicos que nos possibilitam intervenção na realidade concreta (MARTINS, 2015).

A última contribuição, não menos importante, que queremos destacar é o debate sobre assimilação/alienação e desalienação realizado por Fanon. Estabeleceremos esses dois momentos como duas dimensões que se relacionam dialeticamente. A primeira dimensão refere-se ao quanto na colonização a ideia de inferioridade é internalizada pelas pessoas negras e o de superioridade por pessoas brancas, caracterizando-se como um “duplo narcisismo” (FANON, 1983, p. 11).

Olhando para a contemporaneidade, para discursos públicos de ódio racial, não só no Brasil, é fácil deduzir que esses imaginários se reproduzem em todas as dimensões das relações humanas. Conforme assinala Almeida (2019, p. 67), “nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade”.

A relação que queremos estabelecer é do reflexo dessa subjetividade moldada por um esquema racial – caso não seja “desarticulada” ao longo da formação – na relação das assistentes sociais com as usuárias, na coordenação de projetos e programas e na elaboração de políticas públicas. Não se trata de responsabilizar única e exclusivamente nesse caso específico, a universidade ou os cursos de Serviço Social, mas de sinalizar que formar profissionais com conhecimento das relações raciais pode – e deve – ser uma tarefa revolucionária das unidades de formação acadêmica. Além de oferecer elementos para uma atuação profissional que não reproduza o racismo em sua prática, pode ir além, na formação de profissionais antirracistas.

Mais uma vez dialogando com Almeida (2019, p. 47), “as instituições são racistas porque a sociedade é racista”, o autor coloca que “as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (ALMEIDA, 2019, p. 40). Nesse sentido, o que faz ser o Serviço Social uma profissão na qual o projeto ético-político hegemônico está alinhado com a fundação de outra forma de sociabilidade sem mecanismos de dominação e exploração de um grupo sobre outro, mas que ainda não traz essa radicalidade materializada nos currículos de formação profissional? Arriscamos com Fanon sugerir que o motivo é a alienação do branco “escravo de sua superioridade” (FANON, 1983, p. 51). Perguntamos, existe radicalidade pela metade?

A segunda dimensão refere-se à potencialidade da formação profissional para aquelas pessoas, sobretudo, negras afetadas pelos constructos racistas que moldam subjetividades coletivas, como vimos, brancas e negras. Fanon (1968; 1980), demonstrou em sua obra a força que tem o conhecimento e a valorização de si e de sua história e a desmistificação de imaginários racistas. O que queremos salientar com isso é que o período de formação profissional pode ser um espaço que contribua para desalienação do eu.

Em outras palavras, o Negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: tornar-se branco ou desaparecer, mas ele deve poder tomar consciência de uma possibilidade de existir, ou se a sociedade lhe causa dificuldades, devido à sua cor, se eu constato em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-lhe a “manter suas distâncias”; meu objetivo, ao contrário será, uma vez as causas determinantes esclarecidas, torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, a respeito das estruturas sociais (FANON, 1983, p. 84).

Nas relações cotidianas percebemos os conflitos de identidade racial¹² bem como as subjetividades atravessadas pelos “complexos e comportamentos neuróticos” analisadas na obra *Pele negra, máscaras brancas*. Há insegurança, medo e baixa autoestima que vêm sendo moldados desde o primeiro contato com a sociedade racista e são reforçados na família, pela cultura e pela escola (ALMEIDA, 2019). Conforme Fanon demonstrou, a luta revolucionária contra a estrutura e superestrutura capitalista tem muito mais a se fortalecer com a contribuição de grande relevância na desorganização desses esquemas de inferiorização e desalienação das/dos estudantes em formação, uma vez que “nenhum neologismo pode mascarar a nova

¹² As questões que se colocam para autodeclaração racial no Brasil têm raízes na política de embranquecimento iniciada no século XIX que fortaleceu a mestiçagem, àquela altura já verificável pelos frutos de relações não consensuais entre colonos brancos e mulheres negras escravizadas. A assimilação epidérmica é incutida na população negra como uma forma de salvação, assim como apresentou Fanon (1983). Aquelas pessoas negras mais claras, com opção de não se declararem negras, criativamente encontram os mais diversos adjetivos de identificação racial (NASCIMENTO, 1978; MOURA, 1988).

evidência: o mergulho no abismo do passado é condição e fonte de liberdade” (FANON, 1980, p.47).

O que estamos propondo seria uma espécie de inversão no movimento – ou comportamento neurótico – que Fanon (1983, p. 78) ressalta quando diz que “a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Tenhamos coragem de dizer: É o racista que cria o inferiorizado”. Assim, é também responsabilidade das pessoas brancas a luta antirracista que reverbera nas diferentes dimensões da vida, sobretudo a ético-política.

O destaque para essas três contribuições de Frantz Fanon para o Serviço Social de forma mais ampla e para a formação profissional mais especificamente, nem de longe esgota os subsídios que a produção teórica do autor oferece para refletirmos sobre a sociedade capitalista, o racismo e os caminhos para a refundação dessa sociabilidade que deteriorou as relações humanas e o próprio humano.

Considerações finais

A localização de Fanon no tempo está marcada pelo contexto no qual ele escreve. Apesar de seu último livro ter sido publicado em vida, em 1961, a obra fanoniana nos ajuda a interpretar (e intervir) na contemporaneidade, e não é à toa que existem disputas em torno do pensamento do autor (FAUSTINO, 2015).

Nesse sentido, nossa busca identificou três contribuições de Fanon para o Serviço Social. A primeira é que suas reflexões revelam o racismo enquanto um componente crucial e necessário ao colonialismo e ao capitalismo; a segunda se refere ao desnudamento da desumanização das pessoas negras; e a terceira contribuição, não menos importante é o debate sobre assimilação/alienação e desalienação realizado por Fanon. Essas contribuições se constituem como elementos para olhar a formação social brasileira, a questão étnico-racial e o racismo sem as lentes do eurocentrismo, na direção de uma epistemologia decolonizada e forjada na análise da realidade concreta.

A terceira contribuição, especificamente, além desses elementos citados, fornece subsídios para a práxis política. Para a ação mais direta sobre si mesmo, no caso do corpo docente e discente, de modo que propõe movimentos que contribuam para o processo de desalienação dos sujeitos negros inferiorizados pelo racismo e dos sujeitos brancos supervalorizados pela branquitude.

A categoria profissional de assistentes sociais, por seu compromisso com a luta contra o capitalismo e as opressões/explorações, inscrito em diversos instrumentos legítimos do

Serviço Social, está diante de uma crescente pressão política iniciada na década de 1980 (ALMEIDA, 2013) e cada vez mais se avoluma. A virada contra o conservadorismo completou quatro décadas, no entanto, espantosamente, os grupos *taxados de identitários* ainda lutam pela radicalidade que não se concretizou, até este tempo, por completo.

Entendemos que a virada que o Serviço Social precisa para se consolidar como uma categoria de profissionais antirracistas – que começou a ser forjada no século passado e isso se deve à luta que as profissionais majoritariamente negras vêm travando – ocorreu nos diferentes espaços ocupados pela profissão: na docência, na pesquisa, na atuação profissional, na extensão, no estágio. Portanto, é com a concretização de estratégias e projetos de formação profissional antirracista que será viável efetivar uma parcela significativa dos elementos necessários para alcançar a radicalidade que a categoria se comprometeu a exercer. A formação é o início do ciclo. Sem perder de vista o meio e o fim, por ela devemos começar.

A concretização de projetos de formação profissional antirracistas, agora menos intangível, depende da luta e resistência política das/dos profissionais comprometidas/os com o projeto ético-político e do corpo discente que, na luta política dentro (e fora) da comunidade acadêmica, têm provocado, minimamente, o desconforto diante dos séculos de silenciamento do povo negro.

Referências bibliográficas

- ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*. Brasília (DF), ABEPSS, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acessado em: 12 ago. 2020.
- _____. *Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. ABEPSS [online], Brasília (DF), [s.d.]. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acessado em: 15 jul. 2020.
- _____. *Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social*. Gestão da ABEPSS 2017-2018 “Quem é de luta resiste”. Vitória (ES): ABEPSS, dez. 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acessado em: 13 ago. 2020.
- ALMEIDA, S. L. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Pólen, 2019.
- ALMEIDA, M. S. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). *Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social – os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.
- BATISTA, A. et. al. *Nota Técnica 11 – Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil*. NOIS: Núcleo de operações e Inteligência em Saúde [online], Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 27 mai. 2020. Disponível

- em: <https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkklvkydO/view>. Acessado em: 15 out. 2020.
- BRASIL. *Código de Ética profissional do/a Assistente Social/1993*. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 10 ed. ver. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acessado em: 20 out. 2019.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). *Atlas da violência 2020*. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acessado em: 10 out. 2020.
- DURÃO, G. de A. Frantz Fanon, um escritor múltiplo: trajetória intelectual, formação cultural e movimentação política. *ODEERE: Revista do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB, Jequié*, v. 1, n. 1, p. 100-119, 2016. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1535>. Acessado em: 02 set. 2020.
- FANON, F. *Os Condenados da Terra*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Em defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Editora Livraria Sá da Costa, 1980.
- _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.
- _____. *O olho se afoga/ Mãos paralelas*. São Paulo: Editora Segundo Selo, 2020.
- FAUSTINO, D. M. “Por que Fanon? Por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. São Carlos, 2015. 260 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2015.
- _____. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. *SER Social*, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan.-jul. 2018.
- _____. Revisitando a recepção de Frantz Fanon: o ativismo negro brasileiro e os diálogos transnacionais em torno da negritude. *Lua Nova*, São Paulo, n. 109, p. 303-331, jan./abr. 2020.
- GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514>. Acessado em: 13 nov. 2020.
- GUIMARAES, A. S. A. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 81, p. 91-114, jul. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n81/09.pdf>. Acessado em: 13 set. 2020.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA *et. al. Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4 ed. Brasília (DF): IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acessado em: 02 ago. 2020.
- _____. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília (DF): IPEA, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>. Acessado em: 02 ago. 2020.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2019.
- MARTINS, T. C. S. “Questão social” e questão étnico-racial: pistas para o debate na formação profissional. In: GONÇALVES, M. da C.V. *et. al. (Orgs.). Serviço Social no debate cotidiano: fundamentos, formação e exercício da profissão*. Sergipe: UFS, 2015.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- NASCIMENTO, A. *O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- NETTO, J. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PASSOS, R. G. “Frantz Fanon, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial no Brasil: o que escapou nesse processo?”. *Socied. em Deb.*, Pelotas, v. 25, n. 3, p. 74-88, set./dez. 2019.

- _____. “Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argum.*, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-22, set./dez. 2018.
- _____. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 116 – 129, jan./jun. 2020.
- ROCHA, R.F. *A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios*. Rio de Janeiro, 2014. 211 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1153327. Acessado em: 23 mai. 2018.
- SILVA, M. A. M. Frantz Fanon e o ativismo político-cultural negro no Brasil: 1960/1980. *Estud. hist.*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 369-390, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862013000200006&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 02 set. 2020.
- SOUZA, G. M.; BARBOSA, I. C. L. Mortes por intervenção de agentes do estado: uma continuidade da política de embranquecimento da população negra?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16, 2019, Brasília (DF), *Anais...* Brasília (DF): v. 16, n. 1, 2019b. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1118>. Acessado em: 13 nov. 2020.
- WIKIPÉDIA. A. C. *Wikipédia* [online], 14 jul. 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Aim%C3%A9_C%C3%A9saire. Acessado em: 12 mai. 2020.
- ZAHAR, R. *Colonialismo y enajenación: contribución a la teoría política de Frantz Fanon*. Trad. Enrique Contreras Suárez. Argentina: Siglo XXI, 1972.